

EDUCAÇÃO E POLÍTICA EXTERNA: A EXPERIÊNCIA BRASILEIRA NO MERCOSUL EDUCACIONAL

Aluno: Gregory Beshara*
Orientadora: Leticia Pinheiro

“A educação tem raízes amargas, mas frutos doces.”

Aristóteles

“Eu antes tinha querido ser os outros para conhecer o que não era eu. Entendi então que eu já tinha sido os outros e isso era fácil. Minha experiência maior seria ser o outro dos outros: e o outro dos outros era eu.”

Clarice Lispector

1. Introdução

A realidade não comporta categorias. Classificações rígidas, objetos de estudo precisamente definidos e conhecimentos compartimentalizados não são capazes de abranger e de correlacionar as múltiplas dimensões e faces que compõem a vida social. A disciplina de Relações Internacionais, nesse sentido, não mais se satisfaz em compreender fenômenos com base em categorias estritas, como poder e conflito, inibindo-se e eximindo-se de lidar com questões ligadas à subjetividade, à identidade e à cultura. Ao contrário, os estudos internacionais, crescentemente, caracterizam-se pela incursão em temáticas variadas, como forma de dilatar os escopos analíticos sobre as dinâmicas sociais.

Imbuído por essa perspectiva, este estudo explora a conexão entre educação e relações internacionais. Considerando-se o potencial das medidas educacionais no que se refere não apenas à execução de políticas públicas, mas também à constituição identitária, pretende-se examinar os motivos e os efeitos da incorporação da temática educacional nas estratégias de política externa e, por consequência, na configuração e no entendimento das relações internacionais.

O foco de análise, especificamente, direciona-se ao desempenho da política externa brasileira (PEB) em relação ao arranjo educacional desenvolvido no âmbito do Mercosul – o Mercosul Educacional ou Setor Educacional do Mercosul (SEM). Com base na associação entre o levantamento dos objetivos e dos projetos empreendidos pelo Mercosul Educacional e as diretrizes da política externa brasileira atinentes aos processos de integração regional sul-americanos, perscruta-se de que forma a educação vem sendo instrumentalizada como uma estratégia de inserção internacional do Brasil. O propósito da discussão consiste, pois, em averiguar o componente político das medidas educacionais, e não necessariamente em avaliar as implicações didáticas ou pedagógicas trazidas pelo arranjo educativo.

O argumento central que conduz o estudo é que a incorporação da temática educacional na estratégia de inserção internacional do Brasil reflete uma expansão de *temas* e de *atores* na política externa brasileira para o Mercosul. A atuação do Brasil no Mercosul Educacional evidencia duas importantes características: de um lado, o ingresso da educação na agenda do Mercosul aponta para uma diversificação na pauta do bloco, que priorizava as discussões ligadas à economia e ao comércio em seus acordos iniciais; de outro, o Ministério da

* Endereço eletrônico: gregorybeshara@gmail.com

Educação é o principal articulador das negociações no SEM, o que indica uma pluralização dos atores envolvidos com a política externa, tradicionalmente centrada na atividade do Ministério das Relações Exteriores.

A estruturação metodológica será dividida em dois eixos principais: um descritivo e outro analítico. A primeira seção, correspondente à abordagem descritiva, refere-se ao mapeamento geral das atividades do Mercosul Educacional, incluindo seus objetivos, sua estrutura organizativa e seus projetos recentes. Já a vertente analítica, contemplada no segundo momento, propõe-se a refletir sobre o desenvolvimento desse arranjo educacional, atentando para as implicações trazidas para o estudo de Relações Internacionais, para a política externa brasileira e mesmo para o processo de integração regional representado pelo Mercosul.

A combinação entre um viés descritivo e outro analítico atende ao propósito de não apenas expor informações, mas também de examiná-las e de contextualizá-las. Embora a apresentação de dados seja essencial, na medida em que contribui para a sistematização do material pesquisado sobre o Mercosul Educacional, é imperativo interpretá-los à luz de referenciais teóricos e acadêmicos, de modo a avaliar, precisamente, as atividades realizadas e os efeitos alcançados. Uma vez que abordagem aqui desenvolvida estará baseada, eminentemente, em fontes primárias, sobretudo em documentos emitidos pelas reuniões e pelas conferências do Mercosul e do Mercosul Educacional, é imprescindível conservar uma perspectiva crítica acerca das informações recolhidas, de modo a não meramente reproduzir os discursos oficiais. Afinal, a diversidade de interpretações e de concepções sobre a realidade está na essência da produção do conhecimento.

Cumprido, ainda, ressaltar que este trabalho exerce importante função informativa. O Mercosul Educacional não goza de visibilidade, apesar de ser uma iniciativa de quase duas décadas e de ambicionar projetos que podem atingir sensivelmente grande parte da população dos países-membros, uma vez que a educação tem abrangência difusa e universalizante. É fundamental, portanto, disseminar as atividades desse arranjo educacional para que se possa acompanhar, detidamente, seu desempenho e, em última instância, expor ao debate público os tópicos encampados e tratados pela política externa.

Com efeito, a motivação primeira deste estudo está no envolvimento com o projeto de pesquisa “*Construção e Análise da Identidade Internacional do Brasil*”, elaborado pela professora Leticia Pinheiro¹. O propósito geral da investigação é examinar de que forma iniciativas educacionais de proporção internacional revelam-se instrumentos e estratégias de política externa, evidenciando, em última análise, as múltiplas dimensões de exercício – portanto de análise – da política externa brasileira (Pinheiro, 2006, p. 5). A dedicação prioritária, ao longo do processo de pesquisa, às iniciativas organizadas pelo Mercosul Educacional propiciou a base de reflexões e de questionamentos que serviram de substrato à confecção deste texto.

2.O Mercosul Educacional

2.1 Origem e objetivos

O moderno processo de integração regional latino-americano vem, gradualmente, tornando-se mais denso e profundo. Desde a criação da Associação Latino-Americana de Livre-Comércio (ALALC), em 1960, posteriormente substituída, em 1980, pela Associação Latino-Americana para o Desenvolvimento de Integração (ALADI), os países da região têm demonstrado interesse em coordenar posições e em negociar acordos, visando, especialmente,

¹ O presente trabalho é um sub-produto do projeto de pesquisa “*Política Externa e Educação - um estudo comparativo sobre a atuação do Brasil na CPLP e no Setor Educacional do Mercosul*”, inserido na rede de pesquisa “*Expansão, Renovação e Fragmentação das Agendas e dos Atores de Política Externa*”, ambos coordenados pela professora Leticia Pinheiro, minha orientadora no Programa de Iniciação Científica do CNPq.

à obtenção de ganhos econômicos por meio de uma inserção cooperativa no sistema internacional. Na esteira desses esforços, a constituição do Mercosul, por meio do Tratado de Assunção, em 1991, exprime um dos mais intensos projetos de integração regional da América Latina.

Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai consagraram, no Tratado de Assunção, que os objetivos do Mercosul enfeixariam, eminentemente, interesses econômicos e comerciais: promover uma inserção mais competitiva das economias dos membros no cenário internacional; favorecer economias de escala; tornar a região mais atrativa aos investimentos externos; promover esforços de abertura da economia dos quatro países (Baumann, 2001, p.23). Malgrado o caráter fundamentalmente econômico do bloco, desde a formação do Mercosul os governos já demonstravam preocupação em incorporar ao projeto integracionista temas colaterais ao comércio, sobretudo aqueles ligados às áreas de trabalho, de justiça e de educação (Fulquet, 2007, p.6).

Desse modo, em 13 de dezembro de 1991, apenas oito meses após a assinatura do Tratado de Assunção, foi constituído o Setor Educacional do Mercosul, por meio do Protocolo de Intenções firmado pelos Ministros da Educação dos Estados-membros. O SEM foi criado com base na idéia de que a integração regional não deve estar circunscrita aos aspectos econômicos e políticos, mas deve abrigar, também, iniciativas culturais, educativas e sociais. Nesse sentido, o Protocolo de Intenções previu que “a educação tem papel fundamental para que a integração se consolide e se desenvolva” (Protocolo de Intenções, 1991), e o Plano de Ação 2006-2010 reafirmou:

“En todos los países signatarios del Tratado de Asunción, se percibió con claridad que la educación debía jugar un rol principal y que el MERCOSUR no podía quedar supeditado a meros entendimientos económicos”. (Plano de Ação 2006-2010, 2006, p.4)

Os objetivos gerais do Mercosul Educacional consistem em construir um espaço educacional integrado por meio da coordenação de políticas de educação, promovendo a mobilidade, o intercâmbio e a formação de uma identidade regional (Mercosul Social e Participativo, 2007, p. 35). Com efeito, as intenções que subjazem a essas propostas e que conduzem, como diretrizes centrais, o arranjo educativo apontam em duas direções: forjar uma identidade comum aos países membros e qualificar a mão-de-obra regional para garantir a inserção competitiva do bloco. Nesse sentido, o Protocolo de Intenções explicita:

“Que a melhoria dos fatores de produção requer necessariamente a elevação dos níveis de educação e de formação integral das pessoas; (...)
Que a educação (...) pode constituir-se em meio eficaz de modernização dos Estados-membros; (...)
Que da educação depende, em grande parte, a capacidade dos povos latino-americanos de se reencontrarem nos valores comuns e na afirmação de sua identidade frente aos desafios do mundo contemporâneo.” (Protocolo de Intenções, 1991)

Comprometido com essa dupla orientação, o Mercosul Educacional consubstancia, em seus enunciados e em seus projetos, a fusão de perspectivas tanto materiais quanto identitárias, demonstrando a interação e a complementaridade entre elas. De um lado, coerente às pretensões de ganhos materiais propiciados pela inserção econômica favorecida pelo Mercosul, o SEM é incentivado como uma estratégia de qualificação de recursos humanos e de formação profissional para a produção em altas tecnologias, adequada ao nível da competitividade internacional (Piletti et al., 1998, p.220). De outro, a iniciativa educacional, ao propor a construção de uma identidade comum, exprime um esforço

deliberado para apagar diferenças e para criar valores compartilhados, como forma de fomentar a identificação dos países entre si e de esmaecer rivalidades, o que poderia contribuir sensivelmente para o adensamento da integração (Pinheiro et al., 2007, p.15).

Em termos específicos, as metas definidas pelo SEM são esmiuçadas e divulgadas periodicamente por meio de “planos de ação”, que informam as estratégias, os princípios e os resultados esperados pelo acordo, além de avaliar os projetos concluídos ou em processo de execução. O primeiro plano de ação foi anunciado logo após o Protocolo de Intenções de 1991; três anos depois, em Ouro Preto, estabeleceu-se outro plano, que duraria de 1994 a 1997. Em 1998, entrou em vigor novo plano, substituído pelo plano de ação 2001-2005. Finalmente, em 2006 foi lançado novo documento com as diretrizes atuais, que devem durar até 2010. O Plano de Ação 2006-2010 identifica como objetivo central do SEM “*contribuir a la integración regional acordando y ejecutando políticas educativas que promuevan una ciudadanía regional, una cultura de paz y el respeto a la democracia, a los derechos humanos y al medio ambiente*” (Plano de Ação 2006-2010, 2006, p. 10).

2.2 . Estrutura e organograma

Em meio à estrutura institucional geral do Mercosul, o Setor Educacional do Mercosul faz-se representar pela Reunião dos Ministros da Educação, que está vinculada ao Conselho Mercado Comum (CMC), principal órgão decisório do bloco regional. Na realidade, o CMC é composto pela Reunião de Ministros de diferentes pastas, conforme ficou estabelecido:

“Considerando que a constituição do Mercado Comum do Sul requererá o tratamento de assuntos que envolvam, nas áreas de sua competência, as mais altas hierarquias ministeriais ou outras equivalentes dos Estados Partes (...) decide criar Reuniões de Ministros ou de funcionários de hierarquias equivalentes, nas quais participarão apenas representantes dos Estados Partes para o tratamento dos assuntos vinculados ao Tratado de Assunção, em suas respectivas áreas de competência.” (CMC, decisão n° 51/1991, 1991)

A Reunião dos Ministros da Educação, especificamente, foi instituída pela decisão n° 7/91 do CMC:

“Que a formação integral dos recursos humanos mediante a elevação dos níveis de educação é fator essencial para fortalecer o processo de integração e alcançar a prosperidade, o progresso e o bem-estar com justiça social dos habitantes da sub-região (...) decide criar Reunião de Ministros de Educação que terá como função propor ao referido Conselho através do Grupo Mercado Comum medidas visando a coordenar políticas educacionais nos Estados Partes.” (CMC, decisão n° 7/91, 1991)

A atual estrutura organizativa do Mercosul Educacional foi estabelecida na XXI Reunião dos Ministros da Educação, ocorrida em Punta del Este, em 2001, sendo aprovada pela decisão n°15/01 do Conselho Mercado Comum. Os principais órgãos deliberativos são:

a) Reunião de Ministros da Educação (RME): é a instância decisória máxima, responsável pela definição das políticas a serem implementadas na área educacional;

b) Comitê Coordenador Regional (CCR): órgão assessor da Reunião de Ministros. Composto por membros políticos e técnicos dos países-membros, propõe políticas de integração e de cooperação no âmbito da educação, assessora a Reunião de Ministros e coordena o desenvolvimento da atuação do SEM;

c) Comissões Regionais Coordenadoras de Área (CRC): são divididas por comissões técnicas correspondentes a áreas de ensino (Educação Básica, Educação Tecnológica e Educação Superior); devem assessorar o CCR na definição das estratégias de ação do SEM e

propor mecanismos para a implementação dos objetivos e linhas de ação definidas no Plano de Ação do Setor;

d) Grupos Gestores de Projetos (GGP): responsáveis pela elaboração e implementação desses projetos. São constituídos como instâncias temporárias específicas convocadas *ad hoc* pelo CCR, vinculados a CRC ou ao próprio CCR. A instância à qual o GGP estará vinculado será responsável pelo acompanhamento da gestão e da execução do projeto. (Anexo IV à Ata de XXI Reunião dos Ministros da Educação, 2001).

Há ainda o Sistema de Informação e Comunicação (SIC), que é a instância responsável por suprir as necessidades de comunicação, gestão do conhecimento, informação e trabalho cooperativo no âmbito do SEM, respondendo pela manutenção da página do Mercosul Educacional na Internet. O Brasil é encarregado da coordenação do SIC (Mercosul Social e Participativo, 2007, p.40).

2.3. Projetos

Os projetos empreendidos pelo Mercosul Educacional traduzem a materialização dos objetivos e dos princípios consagrados pelo arranjo. Em linhas gerais, eles contemplam não apenas acordos de reconhecimento de títulos entre os sistemas educacionais dos diferentes países, mas também iniciativas institucionais conjuntas, voltadas à promoção de um ensino que preconize os valores da integração.

Em consonância com o propósito de favorecer a mobilidade e o intercâmbio entre estudantes e profissionais dos Estados-membros, firmaram-se acordos para o reconhecimento de títulos nos diferentes níveis de ensino. Por meio do Protocolo de Integração Educativa e Reconhecimento de Certificados, Títulos e Estudos de Nível Fundamental e Médio Não-Técnico, de 1994, foi decidido que “os Estados Partes reconhecerão os estudos de educação fundamental e média não técnica e validarão os certificados que os comprovem”. Em sentido semelhante, o Protocolo de Integração Educacional, Revalidação de Diplomas, Certificados, Títulos e de Reconhecimento de Estudos de Nível Médio Técnico, assinado em 1995, dispõe que “os Estados Partes reconhecerão os estudos de Nível Médio Técnico e revalidarão os Diplomas, Certificados e Títulos expedidos pelas instituições educacionais oficialmente reconhecidas por cada um dos Estados Partes”.

Ainda no fluxo das medidas endereçadas a propiciar mobilidade acadêmica, destaca-se o Mecanismo Experimental de Credenciamento (MEXA), projetado em 1998, no Memorando de Entendimento sobre a Implementação de um Mecanismo Experimental de Credenciamento de Cursos para o Reconhecimento de Títulos de Graduação Universitária nos países do Mercosul. O credenciamento, segundo o memorando, “é o processo mediante o qual se outorga validade pública, de acordo com as normas legais nacionais, aos títulos universitários”. Trata-se, portanto, de um mecanismo experimental que possibilitaria o reconhecimento gradual de títulos universitários entre os membros do bloco; contudo, ressalva-se que o reconhecimento não é extensivo ao exercício da profissão. O programa foi aplicado aos cursos de Agronomia, Engenharias e Medicina (Relatório da Assessoria Internacional do Ministério da Educação, 2007, p.51).

A conclusão do MEXA e o aprofundamento dos acordos referentes ao ensino superior levou à criação do programa de Mobilidade Acadêmica Regional em Cursos Acreditados (MARCA). Envolvendo tanto os países membros quanto os associados ao bloco, o programa MARCA relaciona-se a carreiras que já tenham sido acreditadas pelo programa MEXA, embora mantendo o objetivo de uma inclusão gradual de outros cursos. O objetivo do MARCA é aperfeiçoar a qualidade das carreiras por meio do estabelecimento de parâmetros comuns previamente acordados entre os países. Em 2006, o MARCA promoveu o intercâmbio de 58 alunos entre cursos de Agronomia em 17 instituições acreditadas do Brasil, Argentina, Paraguai Uruguai, Bolívia e Chile. Em 2008 o MARCA incorporará cursos de

Engenharia e Medicina, envolvendo um total de 44 instituições e mais de 150 estudantes (Programa MARCA: site institucional).

Uma política que tem sido enfatizada entre as deliberações do SEM é o ensino do Espanhol e do Português. Já na fundação, o Protocolo de Intenções atestava “o interesse de difundir o aprendizado dos idiomas oficiais do MERCOSUL - Espanhol e Português - através dos Sistemas Educacionais formais, não formais e informais” (Protocolo de Intenções, 1991). O recente Plano de Ação 2006-2010 volta a defender “*el fomento de la enseñanza del español y del portugués como segundas lenguas*” (Plano de Ação 2006-2010, 2006, p. 16). Validando essa perspectiva, foi aprovada, no Brasil, a Lei 11.161/2005, que tornou obrigatória a oferta do ensino do Espanhol como língua estrangeira nas escolas de nível médio (Relatório da Assessoria Internacional do Ministério da Educação, 2007, p. 50).

Além das iniciativas para a harmonização legal dos sistemas educacionais e para a promoção de intercâmbio entre os membros, que se manifestam por acordos formais, o Mercosul Educacional também se engaja em projetos institucionais afinados aos princípios do arranjo. Exemplos expressivos nesse sentido são o Concurso Caminhos do Mercosul; as Escolas Bilíngües de Fronteira; o projeto de materiais didáticos referentes a Direitos Humanos; e o Espaço Regional de Educação Superior do Mercosul, no qual está inserida a Universidade Federal da Integração Latino-Americana.

O Concurso Caminhos do Mercosul é um concurso histórico-literário cujo objetivo é promover uma consciência favorável à integração junto às escolas de ensino médio. Realizado anualmente desde 2003, o evento, sediado em diferentes países, reúne jovens que apresentam trabalhos com temas pertinentes à região. Em 2003, a Argentina foi a sede, propondo o tema “gaúchos”; em 2004, o Chile, com o tema “Neruda”; em 2005, o Brasil propôs o tópico “Brasília”; em 2006, o tema “Augusto Roa Bastos” foi sugerido pelo Paraguai; em 2007, o Uruguai, país sede, defendeu assunto “Rio da Prata”.

Relativamente ao projeto Escolas Bilíngües de Fronteira, a idéia é implementar educação bilíngüe no ensino fundamental para alunos de escolas públicas nas cidades de fronteiras. Inicialmente, o projeto vem sendo executado na região limdeira entre Brasil e Argentina, mas pretende ser ampliado para os demais países do bloco, que vêm demonstrando interesse na iniciativa. Em março de 2005, escolas em Dionísio Cerqueira e Bernardo de Irigoyen, e em Uruguaiana e Paso de los Libres iniciaram as atividades do programa para crianças do 1º ano do ensino fundamental, além de incentivarem o ensino das duas línguas em datas nacionais e em festas populares (Mercosul Social e Participativo, 2007, p. 36).

Ainda em processo de formulação, o projeto para elaboração de materiais didáticos sobre Direitos Humanos foi discutido na reunião do Comitê Coordenador Regional, ocorrida em Belo Horizonte, em 2006. O propósito geral é formular materiais didáticos que contemplem temáticas referentes aos Direitos Humanos, à cidadania regional e ao meio ambiente, e que seriam aplicados e difundidos nas escolas de nível básico de todos os países-membros. (Plano de Ação 2006-2010, 2006, p. 23).

Projetos audaciosos têm sido empreendidos com respeito ao ensino superior. Durante a XXXI Reunião de Ministros da Educação, ocorrida em Belo Horizonte, em novembro de 2006, durante a presidência *pro-tempore* brasileira, decidiu-se pela formação de um Espaço Regional de Educação Superior do Mercosul. A meta desse espaço seria “lecionar e pesquisar temas voltados para a integração regional nos campos das ciências humanas e sociais, científico-tecnológicas, agrárias e ecológicas, de saúde e artísticas.” (Ata XXXI Reunião dos Ministros da Educação, 2006). De forma geral, o projeto prevê instalações universitárias em todos os países-membros, abrangência nos níveis de graduação e de pós-graduação, além de viabilizar a mobilidade entre alunos e professores (XXXI Reunião dos Ministros de Educação, 2006).

No âmbito do Espaço Regional de Educação Superior do Mercosul, figura um dos mais contundentes projetos do Setor Educacional do Mercosul: a *Universidade Federal da Integração Latino-Americana* (Unila). Trata-se de uma universidade, com sede em Foz do Iguaçu, Paraná, na tríplice fronteira entre Argentina, Brasil e Paraguai, em *campus* estabelecido com o apoio da hidrelétrica de Itaipu binacional, cujo objetivo é fortalecer a Mercosul por meio do ensino e da pesquisa de assuntos pertinentes à integração regional. Assim, serão preconizados temas como recursos naturais, biodiversidade, ciências sociais, lingüística e relações internacionais, em aulas ministradas tanto em português quanto em espanhol. A iniciativa está em fase execução desde a aprovação de um projeto de lei pelo presidente Lula, em 12 de dezembro de 2007, quando foi instituída uma comissão liderada pelo professor Hélgio Trindade, ex-reitor da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, responsável pela coordenação e pelo andamento do projeto. O professor Trindade, ao expressar-se sobre os propósitos da Unila, explicitou:

“construir uma instituição cuja missão precípua seja a de formar gerações de jovens capazes de tecer, pelo conhecimento e a confiança mútua, a tão sonhada integração latino-americana, tendo como lócus a tríplice fronteira de Foz de Iguaçu e o apoio entusiástico de Itaipu Binacional. (...) Criar uma instituição bilíngüe, com professores e estudantes oriundos do Brasil e dos demais países da América Latina, para que a integração se construa pela convivência intelectual e inter-pessoal através do ensino, da pesquisa e da extensão, em ciências e humanidades, em áreas de interesse comum para o desenvolvimento latino-americanos.”²

A previsão inicial é de que a Unila comece as suas atividades no ano letivo de 2009 e de que comporte cerca de 10 mil alunos, somando a graduação e a pós-graduação, que incluirá programas de mestrado e de doutorado. O corpo docente da universidade deve ser composto por cerca de 500 profissionais, entre os quais metade formará um quadro permanente e outra metade será temporária, periodicamente preenchida por professores visitantes. Também quanto à nacionalidade os professores serão divididos: metade serão brasileiros; metade, originários dos demais países do Mercosul. O corpo discente também será constituído por brasileiros e por alunos advindos dos Estados-membros do bloco. Por isso, o processo seletivo para o ingresso na instituição será oferecido em duas versões – uma em português e outra em espanhol – e contemplará conteúdos referidos à América Latina em geral, e não ao Brasil especificamente, como geralmente ocorre nos demais exames vestibulares do País.³

É importante destacar, ainda, que muitos dos projetos do Mercosul Educacional não de ser contemplados por verbas oriundas do Fundo de Convergência Estrutural (FOCEM). O FOCEM, criado com base na decisão nº 45/04 do CMC, constitui um fundo que dispõe US\$ 100 milhões para custear projetos de integração, guiado pelo objetivo principal de corrigir as assimetrias existentes entre os países-membros do Mercosul. Dentre os quatro eixos principais a que o FOCEM se destina – financiar programas para promover a convergência estrutural; desenvolver a competitividade; promover a coesão social; apoiar o funcionamento da estrutura institucional e o fortalecimento do processo de integração – os três últimos relacionam-se diretamente com a educação (Relatório da Assessoria Internacional do Ministério da Educação, 2007, p. 54).

² Discurso de posse do professor Hélgio Trindade na Comissão de Implantação da Unila, em 06 de março de 2008. Disponível em: http://mt.educarchile.cl/mt/jjbrunner/archives/2008/03/nace_la_univers.html.

³ Embaixada do Brasil em Londres. Disponível em:

http://www.brazil.org.uk/newsandmedia/pressreleases_files/20071212.html. Acesso em: 22 de julho de 2008.

Registre-se a expressiva participação brasileira no FOCEM, que responde pela maior parte dos recursos do fundo:

“Art. 6 – O montante total anual da contribuição dos Estados Partes ao FOCEM será de cem milhões de dólares e será integrado conforme as seguintes porcentagens, que foram estabelecidas tendo em vista a média histórica do PIB do MERCOSUL: Argentina: 27%; Brasil: 70%; Paraguai: 1%; Uruguai: 2%”. (MERCOSUL/CMC/DEC. Nº 18/05, 2005 – ênfase acrescentada)

3. O Brasil no Mercosul Educacional

Com base no panorama descritivo acerca das principais características e projetos do Mercosul Educacional, é possível examinar, especificamente, a participação brasileira nesse arranjo educativo. Desse modo, pretende-se não apenas avaliar os motivos que explicam o desempenho do Brasil no SEM, mas também discutir os efeitos trazidos por essa atuação para o exercício e para o estudo da política externa brasileira. O ponto central destacado pela análise é que a atuação do Brasil no Mercosul Educacional reflete uma expansão de temas e de atores na política externa brasileira para o Mercosul.

3.1. Expansão de temas

Nas últimas décadas, a política externa brasileira tem propendido a apoiar a aproximação com os países vizinhos. Desde o início do governo Figueiredo, especificamente, encetaram-se relações entre Argentina e Brasil que se encaminharam no sentido de promover a integração sul-americana, consolidada pelos governos posteriores (Cervo; Bueno, 2002, p.453). Já nos governos de José Sarney, no Brasil, e de Raúl Alfonsín, na Argentina, estreitaram-se os vínculos bilaterais: em 1985, foi assinada a Declaração de Iguazu sobre cooperação pacífica no campo da energia nuclear (Garcia, 2005, p.231); em 1986, firmou-se a Ata para Integração e cooperação econômica, prevendo o incremento das relações comerciais (Vizentini, 2005, p. 69). Essas iniciativas apontam, como marcos iniciais, para a prioridade conferida pela PEB à integração regional.

A constituição do Mercosul por meio da assinatura do Tratado de Assunção, em 1991, que incorporou aos acordos integrativos, além de Argentina e Brasil, Paraguai e Uruguai, confirma essa tendência. Criado durante a gestão de Fernando Collor, o Mercosul conserva papel de destaque na agenda política brasileira nos governos de Fernando Henrique Cardoso e de seu sucessor, Luiz Inácio Lula da Silva, uma vez que, em certa medida, as orientações de ambos apontam em sentidos afins: ampliação do Mercosul e intensificação da cooperação com a América do Sul (Lima, 2005, p.18). Com efeito, pode-se cogitar uma maior ênfase nas relações com a região durante a presidência de Lula, tendo em vista que o Brasil passa a ensaiar um exercício de liderança cooperativa na América do Sul (Lima; Hirst, 2006, p. 19). Nesse sentido, expressou Lula:

“A grande prioridade da política externa durante o meu Governo será a construção de uma América do Sul politicamente estável, próspera e unida, com base em ideais democráticos e de justiça social. Para isso é essencial uma ação decidida de revitalização do MERCOSUL, enfraquecido pelas crises de cada um de seus membros e por visões muitas vezes estreitas e egoístas do significado da integração.”⁴ (Vizentini, 2005, p.110).

De todo modo, embora haja variações no que se refere à intensidade da aproximação regional ou ao significado atribuído à função do Mercosul pelos últimos governos brasileiros, o projeto integracionista manteve certa consistência, preservando sua centralidade ao longo dos diferentes mandatos. No momento inicial, o Mercosul expressava uma estratégia de

⁴ Discurso de posse, no primeiro mandato presidencial, de Luiz Inácio Lula da Silva, em 1º de janeiro de 2003.

inserção internacional do Brasil no contexto posterior à Guerra Fria. Devido à disseminação de preceitos neoliberais nesse período, o bloco, aderindo à noção de regionalismo aberto, funcionava como um método para promover a abertura e a liberalização das economias da região, assegurando a diversificação de possibilidades de inserção internacional e fortalecendo a posição dos países-membros perante negociações com outros países (Onuki, 2006, p. 304). A integração com os países do entorno representa, ainda, uma forma de o Brasil legitimar sua posição de liderança na América do Sul, além de consolidar um espaço de atuação internacional independente das orientações dos Estados Unidos (Ibid, p. 307).

Coerentemente, a ênfase da política externa brasileira no Mercosul também se manifesta em expressivo apoio ao setor educacional do bloco. O Brasil, seja no plano discursivo, seja nas realizações concretas, assume protagonismo no Mercosul Educacional, figurando como o principal incentivador e condutor dos projetos do arranjo. No governo Lula, em especial, foram impulsionadas as iniciativas do SEM (Pinheiro et al, 2007, p.17), o que levou à materialização de significativos projetos. Demonstrações do destaque brasileiro nesse período são a efetivação de projetos como o Escola de Fronteiras, a aprovação da Lei 11.161 (que torna obrigatório o ensino do espanhol no Brasil) e a Unila, todos consubstanciados durante a gestão de Lula. A Unila, mais contundente exemplo nesse sentido, é uma universidade federal brasileira, construída e implementada pelo governo do Brasil. Além disso, pode-se mencionar que o Sistema de Informação e Comunicação do SEM é organizado e executado pelo Brasil, e que o FOCEM, pelo qual o Mercosul Educacional será beneficiado, conta com 70% dos recursos fornecidos pelo governo brasileiro.

A associação entre, de um lado, a centralidade do Mercosul na agenda da política externa brasileira e, de outro, o significativo envolvimento do Brasil com o Mercosul Educacional revela um ponto central: a incorporação da educação como estratégia de reforço das opções de política externa do país. Essa constatação suscita um exame acerca da conexão entre educação e relações internacionais. Notadamente, observa-se que a política externa brasileira percebe a educação como forma de atuação e como tema de relevo nas relações internacionais. De imediato, isso aponta para uma expansão de temas na política externa brasileira para o Mercosul: se, inicialmente, as discussões do bloco enfeixavam objetivos eminentemente econômicos (Vaz, 2002, p.258), o recrudescimento dos debates e dos projetos envolvendo a educação indicam que a agenda do bloco diversificou-se. Com efeito, a inserção da temática educacional no Mercosul, estimulada pelo Brasil, aponta em três dimensões: uma econômica; uma política; e uma cultural.

A dimensão econômica recai sobre o vínculo entre globalização e educação. A idéia básica é que a educação, ao relacionar-se diretamente à qualificação da mão-de-obra de um país, interfere no desenvolvimento econômico. No cenário de globalização, a habilidade de uma economia atrair capitais, investimentos e tecnologias, inserindo-se de forma competitiva nos mercados internacionais, está condicionada ao nível educacional e à qualificação dos recursos humanos (Stewart, 1996, p.327). Em outros termos, o processo de globalização acentua as implicações econômicas da formação educacional, na medida em que se tornam mais atraentes e competitivas as regiões que dispõem de mão-de-obra abundante e qualificada (Ibid, p. 331). Em certo sentido, a educação liberaliza-se, atendendo a lógica do mercado.

A articulação entre produtividade econômica e nível educacional reflete-se entre os propósitos deliberados do Mercosul Educacional. Entre os objetivos do SEM, menciona-se “que a melhoria dos fatores de produção requer necessariamente a elevação dos níveis de educação e de formação integral das pessoas” (Protocolo de Intenções, 1991). Assim, tendo em vista que uma das funções desempenhadas pelo Mercosul, conforme a perspectiva brasileira, é garantir ao país uma inserção econômica competitiva internacionalmente, concebe-se que o investimento na área educacional complementa-se às expectativas de ganhos

materiais relacionadas ao bloco. A elevação dos níveis de educação entre os países do Mercosul aperfeiçoaria a qualificação da mão-de-obra, tornando a região atraente aos fluxos internacionais de capital e de tecnologia.

O componente político da inserção da temática educacional na PEB dirigida ao Mercosul relaciona-se à apropriação da educação como forma de consolidar o processo de integração regional. Com base na idéia de que os projetos políticos de um Estado manifestam-se, fortemente, na constituição dos sistemas educacionais nacionais, é plausível conceber que, também em suas ações exteriores, os países se valham de medidas educacionais para respaldar suas estratégias e para assegurar seus objetivos (Pinheiro, 2006, p.9). Nesse sentido, a opção brasileira pela ênfase no Mercosul seria recrudescida pelo apoio do país às iniciativas educacionais desenvolvidas no âmbito do bloco. Em outros termos, a integração seria favorecida pelo SEM que, por forjar uma identidade comum entre os países do bloco, atua no sentido de deslocar as relações entre os Estados da “cultura lockeana”, marcada pela rivalidade, para a “cultura kantiana”, caracterizada pela harmonia e pela amizade (Wendt, 1999; Pinheiro, 2007).

No que respeita ao aspecto cultural, o SEM exprime um esforço de fortalecimento da identidade regional. Não se pode desconsiderar que um projeto educacional comum entre países sul-americanos também esteja pautado por motivações relacionadas a afirmar a identidade da região e a resistir, em certa medida, ao crescente contexto de globalização, no qual os fluxos culturais externos ganham força e influência na constituição das subjetividades e das dinâmicas sociais. Nesse sentido, vale assinalar que o próprio Mercosul assume, além das perspectivas comerciais, uma forte significação humanista, na medida em que o processo de integração envolveu entusiasmadas participações de movimentos sociais, intelectuais, artistas, lideranças sindicais e empresários no empenho de demolir preconceitos e de adaptar-se à imagem do outro (Cervo; Bueno, 2002, p. 484).

Dessa forma, além da cooperação educacional operar como um instrumento catalisador de políticas brasileiras atinentes à integração regional, na medida em que reduz rivalidades e que promove um ambiente propício ao adensamento normativo e institucional do Mercosul, pode-se também identificar que o suposto resgate a uma identidade comum latino-americana ou que a ênfase em valores compartilhados esteja referida à afirmação da cultura regional diante de pressões culturais externas. Esse processo de busca e definição do “eu” sul-americano face o “outro” estrangeiro à região permeia os princípios e as atividades do Mercosul Educacional, que, explicitamente, identifica que (repita-se): “da educação depende, em grande parte, a capacidade dos povos latino-americanos de se reencontrarem nos valores comuns e na afirmação de sua identidade frente aos desafios do mundo contemporâneo.” (Protocolo de Intenções, 1991)

3.2. Expansão de atores

A investigação do relacionamento entre educação e política externa revela uma peculiaridade: as negociações e os acordos realizados no Mercosul Educacional são empreendidos pelo Ministério da Educação brasileiro, e não pelo Itamaraty, tradicional condutor das relações exteriores do Brasil. Nesse sentido, uma marca central deste estudo é conceber a política externa brasileira não como um objeto uno, mas plural. A PEB é composta por linhas de atuação paralelas, embora possivelmente comunicáveis, o que resulta em estratégias autônomas de diferentes atores.

A relevância de se lançar luz sobre os atores específicos que lidam com a política externa está em se pensar sobre a agência e a autoria nas relações internacionais. Autoria pode ser entendida como a “habilidade de se comportar de modo que cause conseqüências na política internacional e que não pode ser inteiramente previsto com referência a outro ator ou autoridade” (Hill, 2003, p.21). O ator, por sua vez, é aquele “capaz de formular propósitos e

de tomar decisões e, portanto, capaz de engajar-se em algum tipo de ação propositiva” (Ibid, p.19). Assim, em vez de tratar os fenômenos internacionais como dados, resultantes de forças regulares ou sistêmicas, é preciso indagar sobre os atores que os produziram. Em última instância, a atribuição da autoria determina aquilo que é estudado (Bretherton & Vogler, 1999, p.18), pois constitui mesmo a ontologia dos estudos sobre as relações internacionais.

O potencial analítico dessa perspectiva está em permitir que se reflita sobre os interesses, os projetos e as responsabilidades referentes a esses agentes, causadores de impactos concretos na vida social internacional. Ela possibilita conceber que a autoria não repousa exclusivamente no Estado e que, em nome do próprio Estado, podem-se manifestar atores distintos (Hill, 2003, p.70). Logo, não satisfaz a idéia de que o Estado pode ser visto como um ator unitário nas relações internacionais, uma vez que, em seu interior, diferentes agências – inclusive em meio à própria burocracia estatal, como o Ministério da Educação – podem projetar-se internacionalmente com autonomia e com iniciativas próprias. Assim, ao serem levados em conta os diferentes atores que tomam parte na política externa, promove-se a fragmentação necessária para que se percebam as origens que conformam os supostos “interesses nacionais” (Pinheiro, 2000, p. 450).

A reflexão sobre o envolvimento de diferentes atores, nomeadamente os ministérios do poder executivo, contribui significativamente para alargar as formas de se estudar e de se caracterizar a política externa brasileira. Os estudos sobre a inserção internacional do Brasil, ao tomarem como pressuposto a autonomia e o monopólio do Ministério das Relações Exteriores na condução das relações externas do país, tendem a privilegiar as medidas avançadas pelo Itamaraty, negligenciando e silenciando, assim, as atuações de outros atores que não sejam a agência diplomática – muito embora eles também venham participando da política externa.

É recorrente na literatura sobre a política externa brasileira a assunção do Ministério das Relações Exteriores, o Itamaraty, como o protagonista na condução das relações externas do país (Cheibub, 1985; Lima, 1994). A centralidade do Itamaraty na direção da política externa – que lhe permitiria, em grande medida, não apenas monopolizar o processo decisório, mas também conservar a suposta consistência e continuidade na PEB – é atribuída às características organizacionais da instituição. Padrões regulares de carreira, controle de recrutamento e sistemas de treinamento profissional constituiriam uma identidade organizacional que propiciaria um insulamento da burocracia em relação aos influxos dos debates políticos e sociais, ao mesmo tempo em que confeririam à instituição respaldo político interno para formular suas medidas e decisões (Lima, 1994, p.34).

Desde o início dos anos de 1990, no entanto, delineia-se uma reconfiguração na política externa brasileira que aponta para a ascensão de novos atores em detrimento da exclusividade do MRE. Esse movimento estaria ligado a mudanças em diferentes níveis: de um lado, no sistema internacional, ao fim da guerra fria, que recrudescer o processo de globalização e a difusão das teses econômicas liberais; de outro, no plano interno, à redemocratização, que se acompanhou pela abertura comercial e por um maior engajamento das lideranças políticas com a dimensão internacional (Cason & Power, 2006, p. 3). Uma vez que essas transformações tornaram o país mais suscetível às movimentações econômicas exteriores, os efeitos distributivos das decisões de política externa são cada vez mais sensíveis aos diferentes atores sociais (Lima, 2002, p.88), o que os induz a uma maior participação nos assuntos de política externa.

A apresentação das iniciativas realizadas pelo Setor Educacional do Mercosul – negociadas e executadas pelo Ministério da Educação – reforça essa tendência, na medida em revela o intenso envolvimento dessa agência governamental com a política externa. A participação direta do Ministério da Educação, com autonomia decisória e executiva, no

Mercosul Educacional – cuja instância máxima, aliás, é a própria Reunião de Ministros da Educação – indica que essa burocracia não se tem restringido à formulação de políticas direcionadas ao âmbito nacional, mas que tem encontrado no setor externo, especialmente na esfera regional, um campo significativo de atuação. Configura-se, pois, um acúmulo de tarefas no Ministério da Educação, que ingressa como agente nas relações exteriores do Brasil, ao mesmo tempo em que o Itamaraty perde exclusividade nos assuntos externos do país, sobretudo quando está em pauta a temática educacional.

Uma possibilidade de explicação para essa tendência está na crescente necessidade de especialização técnica na atuação em política externa. Em linhas gerais, os membros do Ministério de Relações Exteriores são caracterizados por formações generalistas, o que atrairia profissionais com formação especializada de outras agências burocráticas para participarem das negociações internacionais (Hill, 2003, p. 79). Em grande medida, isso explicaria o processo de descentralização horizontal da política externa, que passa a estender-se entre diferentes setores das burocracias governamentais (Ibid, p.82). Nesse sentido, o protagonismo do Ministério da Educação nas discussões do Setor Educacional do Mercosul pode ser atribuído à qualificação temática da instituição para debater programas e estratégias educacionais.

A presença de diferentes atores envolvidos com a política externa, no entanto, não implica necessariamente competição ou incompatibilidade entre as distintas performances. Ao constatar-se o comportamento externo de diferentes agentes governamentais, é preciso avaliar o grau de sintonia e de coordenação entre as estratégias adotadas, independentemente, por cada um deles. Em outros termos, a indaga-se em que medida o desempenho externo do Ministério da Educação coincide ou diverge das diretrizes centrais estipuladas pela política externa “oficial”, definida e implementada pelo Ministério das Relações Exteriores. É válido assinalar que as duas instituições cotejadas possuem perfis semelhantes no que se refere tanto à sua natureza burocrática quanto à sua posição hierárquica nos quadros do governo (Pinheiro et al., 2007, p.14).

Nesse sentido, a comparação entre o comportamento do Ministério da Educação e do Ministério das Relações Exteriores tem apontado para posições convergentes. A atuação da agência educacional no Setor Educacional do Mercosul é coerente com a ênfase dispensada pelo Itamaraty à integração regional sul-americana e, especialmente, ao Mercosul. A importância de haver uma cooperação inter-burocrática para afinar posturas é explicitamente mencionada pelo Ministério da Educação:

Aprimorou-se a relação entre os Ministérios da Educação e das Relações Exteriores, com a diversificação e ampliação de projetos conjuntos entre setores de ambas instituições. Multiplicaram-se as visitas recíprocas e a organização de reuniões de trabalho entre responsáveis por setores dos dois Ministérios. A expansão dos projetos de cooperação Sul-Sul é responsável, em grande parte, por essa ampliação de laços e atividades conjuntas. (Relatório da Assessoria Internacional do Ministério da Educação, 2007, p.8)

No plano discursivo, também, os representantes dos dois ministérios acenam na mesma direção. O ministro da Educação do governo Lula, Fernando Haddad, ao manifestar-se sobre a criação da Unila, afirmou: “A integração dos países da América do Sul é uma necessidade emergente. A criação da Unila representa a vontade do Brasil de dar passos mais largos no que se refere ao continente”⁵. Ressaltando a relevância do SEM, Haddad chegou

⁵ Discurso do ministro da Educação, Fernando Haddad, na cerimônia de posse da comissão para implantação da Unila, em 06 de março de 2008. Disponível no site institucional do Mercosul Educacional.

mesmo a considerar que “a educação é uma das áreas de maior integração e crescimento entre os países do Mercosul”⁶. Indubitavelmente, as posições de Haddad sobre a política externa brasileira coadunam-se às perspectivas do chanceler Celso Amorim, que também explicita a ênfase nas relações com o entorno:

“A ação diplomática do Governo Lula está impregnada de uma perspectiva humanista, que faz com que seja, a um só tempo, instrumento de desenvolvimento nacional e defensora de valores universais. Assim, nos concentraremos tanto em projetos de interesse imediato – com ênfase na promoção da integração do Mercosul e da América do Sul, na articulação de uma agenda comercial afirmativa e na intensificação de parcerias bilaterais – como em objetivos de natureza mais ampla, como a redução do hiato entre ricos e pobres, a promoção e proteção dos direitos humanos, a defesa do meio ambiente e a construção de um mundo mais justo, mais seguro – e mais pacífico – com base no Direito Internacional e nos princípios do multilateralismo.

Nossa prioridade é indiscutivelmente a América do Sul. Uma América do Sul politicamente estável, socialmente justa e economicamente próspera é um objetivo a ser perseguido não só por natural solidariedade, mas em função do nosso próprio progresso e bem-estar”⁷ (MRE, 2008).

Observa-se, portanto, que o ingresso de novos agentes na política externa, representado pelo caso específico da atuação do Ministério da Educação, não se traduz em descompasso entre iniciativas distintas nem em perda de consistência das diretrizes estipuladas pelo Ministério das Relações Exteriores. Ao contrário, o desempenho do Ministério da Educação contribui para o aprofundamento do projeto integracionista, o que condiz com a posição privilegiada que o Mercosul ocupa na agenda do Itamaraty. As estratégias entre os dois atores têm-se complementado, e o compromisso do Ministério da Educação com o SEM tem servido para fortalecer o compromisso do Brasil com o Mercosul (Pinheiro et al. 2007, p.18).

4. Conclusão

A decomposição do estudo em dois eixos – um descritivo, no qual foi apresentado um panorama das principais características do Mercosul Educacional; e outro analítico, em que se refletiu acerca das implicações trazidas pela temática educacional ao exercício e ao estudo da política externa brasileira – atende a um duplo propósito: de um lado, sistematizar informações coletadas, ao longo do projeto de pesquisa, sobre o Setor Educacional do Mercosul; de outro, avaliar esses dados com base em discussões pertinentes às (R) relações (I) internacionais, interpretando-os conforme referenciais teóricos e analíticos.

O ponto central revelado pelo estudo é que se observa um movimento de expansão de temas e de atores na política externa brasileira para o Mercosul. A pluralização de temática estabelece-se com base na comparação entre o caráter eminentemente econômico que predominou durante as negociações iniciais do Mercosul e o recrudescimento das iniciativas educacionais no âmbito do bloco, nos últimos anos. A diversificação de atores relaciona-se à constatação de que o Ministério da Educação brasileiro tem atuado nas questões externas do

⁶ Discurso do ministro da Educação, Fernando Haddad, em Belo Horizonte, na cerimônia de encerramento do III Fórum Educacional do Mercosul, em 24 de novembro de 2006. Disponível no site institucional do Mercosul Educacional.

⁷ Aula Magna proferida pelo chanceler Celso Amorim, no Instituto Rio Branco, no dia 10 de abril de 2003, intitulada “A diplomacia do governo Lula”.

país, na medida em que é o principal agente participante na formulação e na implementação das políticas adotadas pelo Setor Educacional do Mercosul, apontando, assim, para uma flexibilização no tradicional monopólio do Itamaraty na condução das relações exteriores do Brasil.

O incremento de temas e de atores nas relações do Brasil com o Mercosul tem apontado para a consolidação do bloco regional na agenda da política externa brasileira. Esse movimento de assimilação de novos assuntos e agentes não se traduz em perda de consistência nas estratégias direcionadas à integração, mas, ao contrário, contribui para intensificar a opção do Brasil em priorizar o Mercosul. A incorporação da educação à pauta do bloco favorece o adensamento do projeto integracionista, e essa percepção é compartilhada pelo Ministério da Educação, que incentiva o arranjo educacional. Desse modo, a ênfase do Brasil na integração com a América do Sul manifesta-se no protagonismo brasileiro entre os projetos empreendidos pelo Mercosul Educacional.

O mapeamento das atividades do Mercosul Educacional, no entanto, evidencia a distância existente entre a profusão de propostas ambiciosas e as poucas concretizações alcançadas. Muito embora haja importantes projetos em fase execução, como a Unila, é inegável que a ênfase discursiva na relevância da temática educacional para consolidar a integração não equivale aos resultados convertidos em realidade material, durante quase duas décadas de existência do Setor Educacional do Mercosul. De fato, o próprio SEM admite a lentidão e a inoperância, ao indicar que o arranjo avança “*aún con oscilaciones y pasos lentos*” (Plano de Ação 2006-2010, 2006, p.6).

As debilidades do Mercosul Educacional refletem-se em sua falta de divulgação e de notoriedade. Reconhece-se que “*la disponibilidad de la información y la visibilidad ciudadana del SEM constituye aún un desafío*” (Ibid, p.7). Assim, este estudo intenciona, também, contribuir para a disseminação das atividades do SEM, de modo a permitir que seus acordos e seus projetos se submetam não apenas ao debate público, mas também à análise acadêmica. A educação é tema de efeitos diretos e concretos na sociedade, por isso precisam ser detidamente acompanhados quaisquer iniciativas que a envolvam.

Em última instância, a análise acerca da apropriação de projetos educacionais como estratégia da política externa brasileira na condução do processo de integração regional revela que educação e relações internacionais estabelecem canais intensos de comunicação. Os sistemas educacionais constituem-se com base em opções políticas – sejam dirigidas ao plano interno, sejam voltadas ao nível internacional. As opções políticas, por sua vez, são decididas por agentes específicos, identificáveis e responsabilizáveis. A configuração da vida social internacional, portanto, compõe-se por múltiplos temas e atores, indicando que é imprescindível buscar, constantemente, por novos ângulos para compreender as relações internacionais.

Referências

ALTEMANI, H.; LESSA, A.C. **Relações Internacionais do Brasil: temas e agendas**. Vol. 2, São Paulo: Saraiva, 2006.

BAUMANN, Renato. **Mercosul – avanços e desafios da integração**. Brasília: IPEA, 2001.

BESHARA, Gregory. **Identidades Forjadas: o Ensino de História e a Política Externa Brasileira para o Mercosul**. In: Anais do XV Seminário de Iniciação Científica da PUC-Rio/CNPq. Rio de Janeiro, 2007.

BODSTEIN, Rodrigo. **Educação, Poder e Inserção Internacional**. Rio de Janeiro, 2007. 91p. (Monografia: Graduação em Relações Internacionais) – Instituto de Relações Internacionais, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

BREHERTON, Charlotte; VOGLER, John. **The European Union as a Global Actor**. London & New York: Routledge, 1999.

CASON, Jeffrey; POWER, Timothy J. **Presidentialization, pluralization, and the rollback of Itamaraty: explaining change in Brazilian foreign policy making from Cardoso to Lula**. In: Conferência “Regional powers in Asia, Africa, Latin America, the Near and Middle East”. Hamburgo, 2006.

CERVO, Amado Luiz; BUENO, Clodoaldo. **História da Política Exterior do Brasil**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2002.

CHEIBUB, Zairo B. Diplomacia e Construção Institucional: o Itamaraty em uma perspectiva histórica. **Dados - Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, vol. 28, n.1, pp.113-131, 1985.

FULQUET, Gaston A. El proyecto educativo para el Mercosur y los debates en torno a la internacionalización de la educación superior. **Centro Argentino de Estudios Internacionais**. Nº 15, 2007.

GARCIA, Eugênio Vargas. **Cronologia das relações internacionais do Brasil**. Rio de Janeiro: Contraponto; Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2005.

HERZ, M.; HOFFMANN, A. **Organizações internacionais: histórias e práticas**. 1.ed. Rio de Janeiro: Campus, 2004.

HILL, Christopher. **The Changing Politics of Foreign Policy**. London: Palgrave Macmillan, 2003

LIMA, Maria Regina Soares de. Ejes Analíticos y Conflicto de Paradigmas en la Política Exterior Brasileña. **América Latina/Internacional**, v.1, n.2, 1994, pp.31-46.

_____. Instituições Democráticas e Política Exterior, in **Contexto Internacional**, vol 22, n.2, jul/dez 2000.

_____. Aspiração Internacional e Política Externa. **Revista Brasileira de Comércio Exterior**. Nº 82, ano XIX – janeiro/março de 2005.

_____; HIRST, M. Brazil as an intermediate state and regional power: action, choice and responsibilities. **International Affairs**, vol.82, 2006, pp. 21-40.

LIMA, Patricia Lopes de. **A Política Externa Brasileira e a integração no Cone Sul durante os governos FHC e Lula**. Rio de Janeiro, 2008. 103p. (Monografia: Graduação em Relações Internacionais) – Instituto de Relações Internacionais, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. **Cronologia da Política Externa do Governo Lula (2003-2006)**. Brasília: Editora Funag, 2007.

NOGUEIRA, J. P.; MESSARI, N. **Teoria das Relações Internacionais: correntes e debates**. Rio de Janeiro: Campus, 2005.

PILETTI, Nelson; PRAXEDES, Walter. Mercosul, competitividade e educação. **Estudos Avançados**. N.12, vol. 34, 1998.

ONUJI, Janina. O Brasil e a Construção do Mercosul. In: ALTEMANI, H.; LESSA, A.C. (org.) **Relações Internacionais do Brasil: temas e agendas**. Vol. 1, São Paulo: Saraiva, 2006.

PINHEIRO, Leticia de Abreu. Unidades de decisão e processo de formulação de política externa durante o regime militar. In: José A.G. de Albuquerque (ed.). **Sessenta Anos de Política Externa Brasileira**. Vol. 4, São Paulo: Anablume/NUPRI/USP, 2000, pp.449-474.

_____. **Política Externa Brasileira (1889-2002)**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2004.

_____. (coordenação) **Projeto “Expansão, Renovação e Fragmentação das Agendas e dos Atores de Política Externa”** / Programa Renato Archer de Apoio à Pesquisa em Relações Internacionais. Apoio CNPq. 2006

_____. **Educação, Identidade e Política Externa – debate acadêmico e possibilidades empíricas**. In.: 1º Encontro Nacional da Associação Brasileira de Relações Internacionais. Brasília, DF, julho 2007.

____; NOGUEIRA, Danielle; MACEDO, Vanessa Rodrigues de. **Brazilian Foreign Policy: a tale of several voices?** In: BISA Annual Conference, Cambridge. Reino Unido, 2007.

STEWART, Frances. Globalisation and education. **Int. J. Education Development**, Vol. 16, n°4, 1996.

VAZ, Alcides Costa. **Cooperação, integração e processo negociador: a construção do Mercosul**. Brasília, DF: Fundação Alexandre de Gusmão: Instituto Brasileiro de Relações Internacionais, 2002.

VIZENTINI, Paulo Fagundes. **Relações Internacionais do Brasil: de Vargas a Lula**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2005.

Documentos:

ATA DA XXXIV REUNIÃO DOS MINISTROS DA EDUCAÇÃO. Buenos Aires, junho de 2008.

ATA DA XXXI REUNIÃO DOS MINISTROS DA EDUCAÇÃO. Belo Horizonte, 24 de novembro de 2006.

PLANO DE AÇÃO 2006-2010. 2006.

PROTOCOLO DE BRASÍLIA. Brasília, 13 de dezembro de 1991.

PROTOCOLO DE INTEGRAÇÃO EDUCATIVA E RECONHECIMENTO DE CERTIFICADOS, TÍTULOS E ESTUDOS DE NÍVEL FUNDAMENTAL E MÉDIO NÃO-TÉCNICO. Buenos Aires, 1994.

PROTOCOLO DE INTEGRAÇÃO EDUCACIONAL, REVALIDAÇÃO DE DIPLOMAS, CERTIFICADOS, TÍTULOS E DE RECONHECIMENTO DE ESTUDOS DE NÍVEL MÉDIO TÉCNICO. Assunção, 1995.

MEMORANDO DE ENTENDIMENTO SOBRE A IMPLEMENTAÇÃO DE UM MECANISMO EXPERIMENTAL DE CREDENCIAMENTO DE CURSOS PARA O RECONHECIMENTO DE TÍTULOS DE GRADUAÇÃO UNIVERSITÁRIA NOS PAÍSES DO MERCOSUL. Buenos Aires, 1998.

MERCOSUL SOCIAL E PARTICIPATIVO. 2007

RELATÓRIO DA ASSESSORIA INTERNACIONAL DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. 2007

Páginas da internet:

Embaixada do Brasil em Londres. Disponível em:

http://www.brazil.org.uk/newsandmedia/pressreleases_files/20071212.html. Acesso em: 22 de julho de 2008.

Mercosul Educacional. Disponível em:

<http://www.sic.inep.gov.br>. Acesso em: 21 de julho de 2008.

Ministério da Educação do Brasil. Disponível em:

www.portal.mec.gov.br. Acesso em: 21 de julho de 2008.

Ministério da Educação do Chile. Disponível em:

http://mt.educarchile.cl/mt/jjbrunner/archives/2008/03/nace_la_univers.html. Acesso em: 21 de julho de 2008.

Ministério das Relações Exteriores. **Discursos, entrevistas, artigos e outras comunicações**. Disponível em: http://www.mre.gov.br/portugues/politica_externa/discursos/index3.asp. Acesso em 24 de julho de 2008.